

Tribunal Regional do Trabalho – 10.^a Região

Concurso Público
Nível Superior

Cargo 5:
Analista Judiciário
Área: Judiciária



CADERNO
DE PROVAS **MANHÃ**

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

Aplicação: 12/12/2004

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, e a prova discursiva, seguida de uma página para rascunho.
- 2 A página para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, em local indevido ou que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 13/12/2004, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II 14 e 15/12/2004 – Recursos (provas objetivas): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br.
- III 18/1/2005 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial da União e locais mencionados no item I.
- IV 20 e 21/1/2005 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 15/2/2005 – Resultados finais da prova discursiva e do concurso: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1/2004 – TRT/10.^a Região, de 30/9/2004.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 448 0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destros e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A história da Ouvidoria, no Brasil, começa com a
chegada dos portugueses, em 1500. Inicialmente, a função da
justiça era exercida pelo Rei, que, auxiliado por funcionários,
4 já à época chamados ouvidores, resolvia as questões
relacionadas ao dia-a-dia da Colônia. Dotados inicialmente
de pouquíssimo poder de decisão, tais funcionários de el-Rei
7 organizaram-se gradativamente e constituíram a Casa de
Justiça da Corte, que, com o tempo, evoluiu para a chamada
Casa de Suplicação, órgão judicial responsável pelo
10 julgamento das apelações dos cidadãos nas causas criminais
que envolvessem sentenças de morte. Foi, porém, Tomé de
Sousa, em 1549, quem verdadeiramente deu início à
13 estruturação do Poder Judiciário no Brasil, ao estabelecer o
Governo-Geral e trazer consigo o primeiro Ouvidor-Geral,
Pero Borges.

Internet: <<http://www.camara.gov.br>>.

Em relação ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1 Pelos sentidos do texto, a substituição de “à época” (l.4) seja por **nessa época**, seja por **naquela época** preserva a coesão textual e a correção gramatical do texto.
- 2 As formas verbais “organizaram-se” e “constituíram”, ambas na linha 7, estão no plural para concordar com o mesmo termo com que concorda “Dotados” (l.5).
- 3 O emprego de vírgula logo após a palavra “criminais” (l.10) mantém inalterados o sentido e a relação sintática do período.
- 4 A forma verbal de subjuntivo “envolvessem” (l.11) está no plural para concordar com “cidadãos” (l.10).
- 5 Preserva-se a correção gramatical do período, embora, em alguns casos, com alteração de sentido, se a expressão “ao estabelecer” (l.13) for substituída, sem outras modificações no texto, por qualquer uma das seguintes: **quando estabeleceu**, **por estabelecer**, **porque estabeleceu**, **estabelecendo**.

1 Durante um bom tempo, a administração da Justiça,
no Brasil, fez-se por intermédio do Ouvidor-Geral, a quem
se podia recorrer no caso de haver discordância com relação
4 às decisões dos ouvidores setoriais, responsáveis pelas
comarcas estabelecidas em cada uma das capitâncias
hereditárias. Modernamente, a função do ouvidor está
7 relacionada às tarefas de ouvir e de encaminhar as
solicitações do cidadão, e as experiências dos municípios e
estados que instalaram ouvidorias têm comprovado a
10 importância da aliança entre governantes e governados para
o fortalecimento de nossas instituições democráticas. Ao se
fazer um apanhado histórico do papel do ouvidor na estrutura
13 do Poder Judiciário, no Brasil, é importante ressaltar que seu
surgimento se deu com o objetivo de proteger o cidadão
contra qualquer tipo de abuso, garantindo-lhe os direitos
16 fundamentais, hoje elencados pela própria Constituição
Federal.

Internet: <<http://www.camara.gov.br>>.

Tendo por base o texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 6 A preposição empregada em “a quem” (l.2) justifica-se pela regência do verbo “recorrer” (l.3).
- 7 Na linha 8, o uso da vírgula após “cidadão” justifica-se porque o sujeito da oração subsequente é diferente do sujeito da oração anterior.
- 8 O emprego de sinal indicativo de crase em “as experiências” (l.8) preservaria o sentido original e a correção gramatical do texto.
- 9 O emprego do pronome na primeira pessoa do plural “nossas” (l.11) indica que o autor inclui no texto a voz dos brasileiros em geral.
- 10 Em “garantindo-lhe” (l.15), o pronome “lhe” exerce a função sintática de objeto indireto e refere-se a “cidadão” (l.14).

1 Desde que Montesquieu, no século XVIII, em
4 **O Espírito das Leis**, definiu as linhas básicas do sistema
democrático de governo, a ciência política não logrou
conceber, até os nossos dias, forma mais significativa de
expressão da vontade de um povo no que se refere à
convivência em uma sociedade politicamente organizada
do que a estabelecida por ele, genialmente, na clássica
tríplice separação dos poderes do Estado.

7 O Estado, entidade inanimada e abstrata, que, ao se
10 realizar, materializa-se na concreção de formas, atos e
sentidos, traduz-se nesse imensurável complexo de ações que
dão substância ao desejo de conformação política de uma
13 nação.

Internet: <<http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa>>.

Em relação ao texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 11 Pelos sentidos do texto, a expressão “Desde que” (l.1) estabelece, entre as orações do período, uma relação de condição.
- 12 Pode-se inferir do contexto que a palavra “logrou” (l.3) está sendo empregada com o sentido de **desejou**.
- 13 O emprego do termo “do que” (l.7) é uma exigência que está vinculada ao uso da expressão antecedente “mais significativa” (l.4).
- 14 Em “a estabelecida” (l.7), subentende-se, como recurso de coesão textual, a elipse da palavra “forma”, citada na linha 4.
- 15 O pronome masculino singular “ele” (l.7) está sendo empregado como recurso coesivo que retoma o termo antecedente “povo” (l.5).

1 O processo, que é o instrumento que reúne todas as
peças da pretensão levada ao juiz, seja do autor, seja do réu,
da acusação ou da defesa, é uma engrenagem complexa.

4 A Constituição Federal erigiu o devido processo
legal, situado substancialmente no acatamento ao primado
do contraditório e do amplo direito de defesa, como um
conjunto de regras de valores supremos não só para os
7 julgadores mas também para as partes do qual não pode se
afastar o aplicador do direito no momento de exercer a
jurisdição.

10 Entretanto, a esse pretexto, o que se verifica é um
eterno vai-e-vem na tramitação do processo, de imperdoável
irracionalidade, que não pode ser atribuído ao juiz, mas ao
13 nosso já vetusto sistema processual, ultrapassado em
quilômetros de distância da evolução por que passa o Mundo
e da qual o Brasil não se pode apartar.


Internet: <<http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa>>.

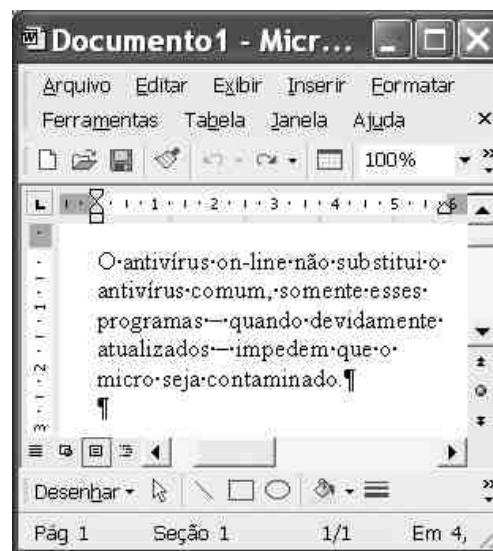
Julgue os itens que se seguem, relativos ao texto acima.

- 16 As vírgulas logo após “processo” (l.1) e “defesa” (l.3) têm a função de isolar elementos intercalados entre o sujeito e o predicado.
- 17 A palavra “erigiu” (l.4) está sendo empregada com o mesmo significado que apresenta na seguinte frase: O governo erigiu um monumento em granito para celebrar a passagem da data nacional.
- 18 Na linha 5, a presença de preposição em “ao primado” justifica-se pela regência de “situado”.
- 19 O termo “do qual” (l.8) é um elemento que estabelece coesão textual ao referir-se ao trecho anteriormente expresso: “conjunto de regras de valores supremos” (l.7).
- 20 A expressão “a esse pretexto” (l.11) constitui recurso coesivo que retoma a idéia de “não só para os julgadores” (l.7-8).




Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do aplicativo OpenOffice.org 1.1, julgue os itens seguintes.

- 21 A configuração personalizada da barra de ferramentas, na forma observada na janela ilustrada, pode ter sido obtida usando-se funcionalidades de opção encontrada no menu **Ver**.
- 22 Ao se clicar o botão , será disponibilizada uma ferramenta que permite mesclar cópias de um documento editadas por diferentes usuários, desde que os conteúdos dessas cópias sejam coincidentes em mais de 50%.

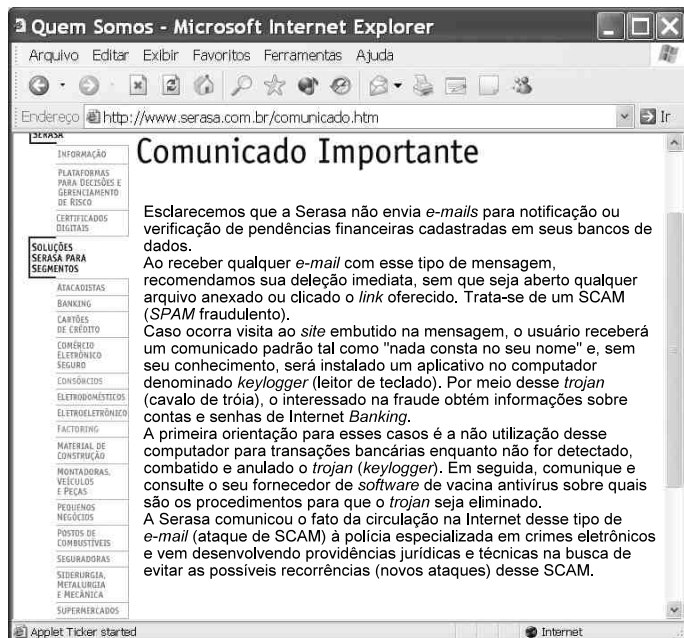


Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2002 contendo um documento em processo de edição, julgue os itens a seguir.

- 23 Para aumentar o espaçamento entre as linhas do parágrafo mostrado do documento, é suficiente realizar o seguinte procedimento: selecionar o referido parágrafo; clicar o botão ; na janela disponibilizada, escolher o espaçamento desejado; clicar OK.
- 24 Por meio de opção encontrada no menu **Inserir**, é possível inserir no documento mostrado um objeto contendo um texto editado com o uso da ferramenta WordPad, que é um acessório do Windows XP.

Acerca de conceitos relacionados à Internet e ao correio eletrônico, julgue os itens subsequentes.



- 25 Caso se deseje conectar em rede 4 computadores de um escritório, utilizando-se a tecnologia *wireless* IEEE 802.11.b, será desnecessário o uso de placa de *fax/modem* nesses computadores.
- 26 No acesso à Internet por meio de uma conexão ADSL, a transmissão de arquivos de vídeo se fará utilizando-se o protocolo http, com o qual é garantida qualidade de serviço, sem perda de pacotes e variação de atraso.



Considerando as informações contidas no texto da página web ilustrada na janela do Internet Explorer 6 acima, julgue o item que se segue.

- 27 O texto, ao sugerir que se utilize “vacina antivírus” para eliminar “trojan” contraído em decorrência da execução de “SPAM fraudulento” a partir de arquivo anexado a mensagem de correio eletrônico, comete dois erros técnicos: não é possível a infecção por *trojan* a partir de *SPAM*; vacina antivírus não é capaz de eliminar *trojan*.

No Windows XP, ao se clicar o botão Iniciar, é exibido um menu, que está mostrado, em parte, na figura ao lado. Com relação a essa figura e ao Windows XP, julgue os itens seguintes.

- 28 Ao se clicar , será aberta a janela Executar, que permite abrir programas.
- 29 Ao se clicar , será aberto o programa Windows Media Player, que permite tocar arquivos MP3 e CDs de áudio.



Com relação ao Excel 2002, julgue o item seguinte.

- 30 Ao se clicar o botão que contém o símbolo Σ , caso existam células contendo números acima da célula ativa, aparecerá na célula ativa a média aritmética dos referidos números.

Após a troca de rapapés e favores com o governo chinês, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi aconselhado a tentar uma reaproximação com um antigo parceiro asiático, o Japão. Considerou boa a idéia. Entre março e abril de 2005, o presidente, ministros e empresários brasileiros desembarcarão no país do sol nascente. Na mala, várias propostas comerciais. De acordo com estudos, o perfil do emergente mercado japonês de idosos (algo em torno de 20% da população japonesa está na terceira idade) permitiria aos brasileiros a oferta de produtos agrícolas orgânicos e naturais, calçados e produtos de couro, madeira e mobiliário, produtos de borracha, farmacêuticos e cosméticos, vestuário, joalheria etc. Em troca, o Japão está interessado em investimentos na área de infra-estrutura e na venda de eletroeletrônicos.

Jornal do Brasil, 15/11/2004, p. A19 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o atual cenário da economia mundial contemporânea, além da política externa implementada pelo Brasil, julgue os itens seguintes.

- 31 O atual estágio da economia mundial, comumente denominado globalização, é assinalado, entre outros aspectos, pela crescente participação da tecnologia no sistema produtivo. Assim, vencer a batalha pela conquista dos mercados mundiais pressupõe, como condição essencial, o domínio do conhecimento.
- 32 O moderno Japão começou a ser construído em meados do século XIX, com a Era Meiji. Após a Segunda Guerra Mundial, apartando-se dos Estados Unidos da América (EUA) e do modelo econômico ocidental, o país conseguiu a proeza de se tornar potência mundial.
- 33 As relações nipo-brasileiras transcendem aos contatos entre Estados, criando significativa capilaridade entre as sociedades. Afinal, há mais de um século, com o desembarque dos primeiros imigrantes japoneses no porto de Santos, teve início a constituição da maior colônia de japoneses fora de seu território natal.
- 34 Economias como a japonesa — ainda que conhecendo alguns percalços nos últimos anos — e, sobretudo, como a emergente chinesa — que apresenta taxas de crescimento anual em torno dos 10% — apontam para a Ásia como um dos grandes pólos dinâmicos da economia mundial, com tendência à expansão.

- 35 Quando o texto menciona a “troca de rapapés e favores com o governo chinês”, possivelmente se refere à decisão política tomada pelo Brasil de apoiar a República Popular da China em sua campanha para ter assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em lugar de Taiwan.
- 36 De maneira geral, o texto reflete uma característica muito forte do mundo contemporâneo, qual seja, o papel político dos Estados nacionais na busca de espaços para os produtos e os capitais de seus respectivos países, em meio a uma acirrada competição nos mercados mundiais.
- 37 Ao se recusar a discutir a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), vetando-a liminarmente, ao mesmo tempo em que demonstra descrença em relação ao futuro do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Brasil parece dar as costas à realidade da economia mundial, colocando-se praticamente à margem do processo de globalização.
- 38 A recente visita do presidente chinês ao Brasil retribui a que lhe foi feita pelo presidente brasileiro em 2003. Nos dois casos, vê-se o interesse recíproco em estreitar laços de cooperação científico-tecnológica — de que a construção de satélites seria exemplo expressivo — e em ampliar o intercâmbio comercial.
- 39 O atual “milagre chinês”, que chama a atenção geral, alia modernização econômica — com a abertura indiscriminada aos capitais privados, inclusive estrangeiros — e uma razoável distensão política, fazendo de seu socialismo uma realidade *sui generis*.
- 40 A atual política externa brasileira é muito marcada por um anacrônico terceiro-mundismo, dizem seus críticos, estribados no fato de que o país se omite sistematicamente das discussões em foros multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Considere que as letras P, Q, R e S representam proposições e que os símbolos \neg , e são operadores lógicos que constroem novas proposições e significam **não**, **e** e **ou** respectivamente. Na lógica proposicional, cada proposição assume um único valor (valor-verdade) que pode ser verdadeiro (V) ou falso (F), mas nunca ambos. Considerando que P, Q, R e S são proposições verdadeiras, julgue os itens seguintes.

- 41 $\neg P \quad Q$ é verdadeira.
- 42 $\neg [(\neg P \quad Q) \quad (\neg R \quad S)]$ é verdadeira.
- 43 $[P \quad (Q \quad S)] \quad (\neg [(R \quad Q) \quad (P \quad S)])$ é verdadeira.
- 44 $(P \quad (\neg S)) \quad (Q \quad (\neg R))$ é verdadeira.

Um juiz deve analisar 12 processos de reclamações trabalhistas, sendo 4 de médicos, 5 de professores e 3 de bancários. Considere que, inicialmente, o juiz selecione aleatoriamente um grupo de 3 processos para serem analisados. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 45 A probabilidade de que, nesse grupo, todos os processos sejam de bancários é inferior a 0,005.
- 46 As chances de que, nesse grupo, pelo menos um dos processos seja de professor é superior a 80%.
- 47 O número de possíveis grupos contendo 1 processo de professor, 1 de bancário e 1 de médico é inferior a 55.

Para a codificação de processos, o protocolo utiliza um sistema com cinco símbolos, sendo duas letras de um alfabeto com 26 letras e três algarismos, escolhidos entre os de 0 a 9. Supondo que as letras ocupem sempre as duas primeiras posições, julgue os itens que se seguem.

- 48 O número de processos que podem ser codificados por esse sistema é superior a 650.000.
- 49 O número de processos que podem ser codificados por esse sistema utilizando-se letras iguais nas duas primeiras posições do código é superior a 28.000.
- 50 O número de processos que podem ser codificados por esse sistema de modo que em cada código não haja repetição de letras ou de algarismos é superior a 470.000.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca do direito constitucional, julgue os itens a seguir.

- 51 A Constituição da República veda o recurso à arbitragem para a resolução de conflitos ligados ao direito do trabalho.
- 52 O Ministério Público do Trabalho integra o Ministério Público da União.
- 53 A validade de nomeações para cargos públicos comissionados lotados no TRT da 10.^a Região independe de aprovação pelo Tribunal de Contas da União.
- 54 No tocante ao processo de elaboração da lei de diretrizes orçamentárias, é vedado ao presidente da República vetar dispositivos que tenham idêntico conteúdo aos constantes do projeto de lei apresentado ao Congresso Nacional pelo próprio presidente.
- 55 Com a eliminação dos ministros classistas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), as vagas por eles ocupadas foram preenchidas por ministros togados, escolhidos entre juízes dos tribunais regionais do trabalho.
- 56 Inexiste hipótese de intervenção federal nos estados mediante requisição do TST.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 57 Em um país da América do Sul, foi eleita pelo voto direto uma Assembléia Nacional Constituinte (ANC), com o objetivo de elaborar um novo texto constitucional. Nessa situação, a ANC é dotada de poder constituinte decorrente, pois esse poder decorre da delegação popular.
- 58 O Supremo Tribunal Federal (STF), em controle de constitucionalidade por via de ação, declarou a inconstitucionalidade de um artigo de lei federal. Nessa situação, para a referida decisão ter efeitos *erga omnes*, é preciso que o Senado Federal suspenda a execução do referido artigo.
- 59 O estado do Tocantins editou lei determinando a redução para 60 dias do prazo máximo de contratos de experiência no âmbito trabalhista. Nessa situação, a referida lei estadual viola a Constituição da República.
- 60 O TRT da 10.^a Região pretende realizar concurso público para preencher cargos de analista judiciário. Nessa situação, é compatível com o texto constitucional determinação editalícia estabelecendo que o concurso será válido pelo prazo improrrogável de um ano.

Acerca do direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- 61 A expressa fundamentação é um requisito de validade dos atos administrativos vinculados, mas não dos atos administrativos discricionários.
- 62 Qualquer cidadão brasileiro é parte legítima para ingressar com ação judicial voltada à condenação de autoridade pública pela prática de ato de improbidade administrativa.
- 63 A autorização de serviço público é um contrato administrativo por meio do qual o poder público delega provisoriamente a particular a execução de uma atividade típica de Estado.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 64 O TRT da 10.^a Região pretende realizar licitação para adquirir novos computadores. Nessa situação, seria lícito realizar a referida licitação na modalidade pregão de tipo técnica e preço.
- 65 Maurício é um cidadão que atuou como mesário nas últimas eleições municipais. Nessa situação, enquanto exercia a função de mesário, perante o direito administrativo Maurício era um agente público, mas não era um servidor público.
- 66 Ricardo é empregado da CAIXA, que é empresa pública federal. Nessa situação, o empregador de Ricardo é dotado de personalidade jurídica de direito privado.

Considere que Marta, servidora pública da administração direta, não logrou êxito no estágio probatório e, portanto, foi exonerada do cargo que ocupava. Nesse contexto, julgue os itens subseqüentes.

- 67 O cargo do qual Marta foi exonerada somente poderia ser de provimento efetivo.
- 68 O ato de exoneração de Marta é um ato administrativo vinculado e, portanto, ele é insuscetível de revogação.

Acerca da responsabilidade civil, julgue os itens a seguir.

- 69 Tratando-se de responsabilidade do fornecedor de serviços e produtos, em observância ao princípio legal da inversão do ônus da prova em favor do consumidor, regra de aplicação obrigatória, o consumidor tem direito de atuar no processo com meras alegações, passando ao fornecedor o ônus de provar o contrário.
- 70 Considere a seguinte situação hipotética.
- José faleceu em decorrência de acidente automobilístico, ocasionado exclusivamente pela existência de buraco em uma rodovia estadual. A vítima era o único provedor das necessidades da família, constituída pela esposa e três filhos. Nessa situação, o estado responsável pela rodovia responde subjetivamente pelos danos morais e materiais sofridos pela família da vítima, por ter se omitido em cuidar do bom estado das rodovias e proporcionar satisfatórias condições de segurança aos seus usuários.

Em relação aos contratos, julgue os itens subseqüentes.

- 71 Resilição significa o modo de extinção dos contratos por vontade de um ou dos dois contratantes. Pode ser feita por meio convencional, quando no contrato há cláusula que atribui a qualquer das partes a faculdade de resilir, ou por meio do distrato.
- 72 Considera-se fiança o contrato de garantia real pelo qual uma pessoa obriga-se a pagar um débito de outra pessoa.

Acerca dos atos e fatos jurídicos, julgue os itens que se seguem.

73 Considere a seguinte situação hipotética.

José, pessoa sem instrução e experiência nos negócios imobiliários, em face da premente necessidade de deixar o país para se submeter a tratamento de saúde, procurou um corretor de imóveis e lhe outorgou procuração para a venda de uma casa luxuosa. O corretor, aproveitando-se da inexperiência e da urgência da venda, avaliou e vendeu o imóvel por valor bastante inferior ao de mercado, causando enorme prejuízo a José.

Nessa situação, o negócio jurídico é nulo, ensejando sua desconstituição pela ocorrência do vício de lesão.

74 Caso duas pessoas distintas, por escrituras diversas, agindo com boa-fé e a preço de mercado, comprem o mesmo imóvel, a que primeiro levar a sua escritura a registro adquirirá o seu domínio.

Quando à alienação fiduciária em garantia, julgue os itens seguintes.

75 Na alienação fiduciária, o credor pode apropriar-se da coisa garantida quando o fiduciante voluntariamente deixa de pagar o débito garantido, transformando, assim, a propriedade resolúvel em propriedade definitiva do fiduciário. No entanto, havendo saldo a favor do devedor, após o desconto das taxas de administração e demais encargos decorrentes da mora, a propriedade deve ser entregue ao fiduciante.

76 O bem dado em propriedade fiduciária não fará parte dos ativos do devedor e, apesar de a propriedade pertencer ao credor, trata-se de patrimônio separado, imune à ação de terceiros, não podendo ser penhorado nas ações de execução ajuizadas contra o fiduciário.

Acerca de competência, julgue os itens a seguir.

77 Sendo a União a autora, a demanda deve ser proposta na justiça federal, na seção judiciária ou subseção em que a outra parte seja domiciliada, isto é, a competência é do foro do domicílio do réu; se a União figurar no pólo passivo, o legislador constitucional prevê quatro opções: foro do domicílio do autor, do local do ato ou fato em que a pretensão estiver fundada, da situação da coisa ou no Distrito Federal (DF).

78 De regra, a estabilização da demanda em relação às partes e ao objeto do litígio se dá sempre posteriormente à citação, enquanto para o juízo a inalterabilidade, denominada *perpetuatio iurisdictionis*, estabelece-se com a propositura da ação, sendo que a partir daí são irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.

Em relação aos princípios que regem a formação do processo, pedido e defesa do réu, julgue os itens seguintes.

79 Provocada a atividade jurisdicional, o provimento deve ater-se aos limites da demanda, segundo o princípio da correlação ou da adstrição, sendo, entretanto, possível o julgamento *ultra* ou *extra petita* desde que não haja oposição do réu, o que pode ocorrer em qualquer fase do processo.

80 O DF, os estados e os municípios são representados em juízo pelos respectivos procuradores, o mesmo ocorrendo em relação às demais pessoas jurídicas de direito público ou privado, pertencentes à administração direta ou indireta.

81 Os representantes das pessoas jurídicas de direito privado, de qualquer espécie (sociedades, associações, fundações) serão os seus advogados, que deverão apresentar sempre cópia do contrato de trabalho para comprovar o vínculo com a parte que representam.

82 Não se configura alteração da causa de pedir quando se atribui ao fato ou ao conjunto de fatos narrados pelo autor qualificação jurídica diversa da que lhe foi originariamente atribuída, pois incumbe ao juiz aplicar a norma ao fato.

A respeito de recursos e execução, julgue os itens subseqüentes.

83 O juízo de admissibilidade feito pelo juízo *a quo* não alcança o mérito do recurso, ainda que a sentença recorrida tenha sido prolatada em flagrante violação a entendimento sumulado do tribunal, ou seja, o juiz não poderá dar provimento ao recurso ainda que a matéria nele versada já esteja pacificada no órgão *ad quem*.

84 Se o autor desiste da ação, com aquiescência do réu, não pode, depois, vir a recorrer da sentença que pôs fim ao processo homologando a desistência da ação, sob a alegação de que se arrependeu do ato praticado e deseja ver a lide julgada no mérito.

85 Toda vez que marido e mulher são partes no processo, o prazo para recorrer é contado em dobro, tendo em vista a ocorrência de litisconsórcio entre eles.

86 Só se admite a execução contra a fazenda pública quando o exequente for portador de título decorrente de crédito tributário. Créditos de outra natureza somente podem ser cobrados após sentença proferida em processo de conhecimento.

Uma vez vitoriosa em processo licitatório deflagrado pelo Ministério da Fazenda, a empresa LIMP firmou contrato de prestação de serviços de limpeza e conservação com o mencionado órgão, em 10/1/1998. Em 15/1/1998, Antônio foi contratado como servente, pela empresa LIMP, com remuneração de R\$ 320,00. No dia 18/3/1999, Carlos foi contratado, também como servente pela empresa LIMP, com a remuneração mensal de R\$ 420,00. Em 20/3/2000, a empresa CLEANER foi subcontratada pela empresa LIMP para executar os serviços de limpeza e conservação em um dos anexos do Ministério da Fazenda, conforme permitia o contrato administrativo firmado. Em 20/4/2000, Manoel foi contratado pela empresa CLEANER para exercer as funções de servente, percebendo a título de salário a importância de R\$ 280,00. Em 10/1/2002, houve a rescisão do contrato administrativo firmado entre o Ministério da Fazenda e a empresa LIMP, sendo, logo em seguida, rescindido o contrato firmado entre esta e a empresa CLEANER. No dia 15/1/2002, Antônio e Carlos tiveram seus contratos de trabalho rescindidos sem justa causa, recebendo o pagamento das verbas rescisórias devidas. Manoel foi dispensado sem justa causa pela empresa CLEANER, sem, contudo, receber o pagamento de qualquer parcela rescisória.

Com base na situação hipotética apresentada acima, julgue os itens a seguir.

- 87 Por força da isonomia salarial garantida pela CLT, Antônio, Carlos e Manoel, por desempenharem as mesmas funções, deveriam ter a mesma remuneração.
- 88 A empresa LIMP responde subsidiariamente pelo pagamento das verbas trabalhistas devidas pela empresa CLEANER a Manoel.
- 89 A contratação por empresa interposta de maneira irregular de trabalhador gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional.

Marcelino foi contratado pelo Banco Bravo S.A. em 20/1/2000 para exercer as funções de caixa, trabalhando de segunda a sexta-feira, das 10 h às 16 h, com a remuneração de R\$ 1.200,00. No dia 10/4/2000, Marcelino passou a exercer as funções de caixa sênior, laborando das 8 h às 16 h, de segunda a sexta-feira e recebendo uma gratificação de R\$ 400,00 pelo exercício daquela função. No dia 11/8/2000, Marcelino foi promovido para caixa executivo, laborando na mesma jornada, recebendo, contudo, uma gratificação de R\$ 500,00 pelo exercício da função. A partir do dia 20/1/2001, além de exercer as funções de caixa executivo, Marcelino passou a vender papéis e valores mobiliários da empresa Bravo Investimentos S.A., pertencente ao mesmo grupo econômico de seu empregador, durante a jornada de trabalho e no local de trabalho, tendo sido autorizado por seus superiores. Pela venda desses papéis, recebia pagamento de R\$ 300,00 por mês. Em 18/6/2001, Marcelino foi promovido a gerente da agência, trabalhando de segunda a quarta-feira, das 8 h às 16 h, e nas quintas e sextas-feiras, das 8 h às 18 h, contudo, passou a receber uma gratificação de R\$ 450,00. Por fim, em 16/7/2003, foi promovido a gerente-geral da agência, laborando de segunda a sexta-feira, das 8 h às 18 h, recebendo a título de salário a importância total de R\$ 3.500,00.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 90 O sábado do bancário é considerado dia de repouso, devendo, portanto, repercutir no pagamento de horas extras habituais em sua remuneração.

91 Muito embora a função de caixa sênior não seja função de confiança, a gratificação recebida, igual ou superior a um terço do salário do posto efetivo, remunera as duas horas extraordinárias além da sexta.

92 Tendo em vista o fato de a função de caixa executivo não constituir cargo de confiança Marcelino, entre 11/8/2000 e 18/6/2001, tinha direito à percepção das horas extras além das 6 horas diárias, podendo, contudo, ser compensada do valor devido ao obreiro a este título a gratificação de R\$ 500,00, percebida pelo exercício da função de caixa executivo.

93 A vantagem pecuniária recebida por Marcelino pela venda de papéis e valores mobiliários de empresa pertencente ao mesmo grupo econômico de seu empregador integra a sua remuneração.

94 As funções de gerente-geral de agência bancária constituem o exercício de encargo de gestão, sendo indevido, portanto, o pagamento de horas extraordinárias.

Considerando as disposições legais contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nos enunciados e orientações jurisprudenciais do Tribunal Superior do Trabalho (TST), julgue os itens subseqüentes.

- 95 O recurso cabível contra decisão que indefere produção de prova testemunhal em audiência é o agravo de instrumento.
- 96 O prazo para a apresentação de embargos à execução na justiça do trabalho é de 5 dias a contar da data da juntada aos autos do mandado de penhora.
- 97 Das decisões proferidas nas execuções cabe, no prazo de 8 dias, agravo de petição.
- 98 Sob pena de não-conhecimento, as partes promoverão a formação do agravo, obrigatoriamente, com cópias da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da decisão originária, da comprovação do depósito recursal e do recolhimento das custas e, ainda, da petição inicial e da contestação.
- 99 Contra acórdão regional prolatado em agravo de instrumento cabe recurso de revista.
- 100 Contra decisão de Turma, proferida em agravo interposto de decisão monocrática do relator, são cabíveis embargos para a Sessão de Dissídios Individuais.
- 101 Da decisão de Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em ação rescisória, é cabível recurso ordinário para o TST.

Josevaldo resolveu reformar sua casa situada em bairro nobre de Brasília, e, para tanto, firmou contrato de empreitada com a empresa Só Reformas LTDA., de propriedade de Paulo. Pela empreiteira foram contratados três empregados: um servente, um pedreiro e um mestre-de-obras. Honório, o mestre-de-obras, recebia a importância de R\$ 650,00 por mês; Wesley, o pedreiro, R\$ 440,00, e Edmilson, o servente, R\$ 300,00. Durante a reforma, Edmilson sofreu um acidente no trabalho. Ele lesionou a mão esquerda, ficando afastado da obra por 30 dias. Finalizada a obra e recebido o pagamento contratado pelos serviços, a empresa Só Reformas LTDA. dispensou os três empregados, sem justa causa e sem efetuar o pagamento das verbas rescisórias devidas. Wesley ajuizou reclamação trabalhista, distribuída para a 3.ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, contra a empresa Só Reformas LTDA. e contra Josevaldo, o dono da obra, postulando o pagamento das verbas rescisórias devidas face a rescisão imotivada do contrato de trabalho. Edmilson também ingressou com reclamação trabalhista, distribuída para a 4.ª Vara do Trabalho de Brasília – DF, em desfavor da Só Reformas LTDA. e de Josevaldo, requerendo o pagamento das verbas rescisórias, diferenças decorrentes de uma suposta equiparação salarial existente entre ele e Wesley, aduzindo que, embora desempenhassem as mesmas funções, recebia salário inferior àquele pago ao paradigma, entre outros pleitos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 102 Josevaldo, diante da inexistência de previsão legal, não é responsável solidário ou subsidiário nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro.

- 103 Em relação ao pedido de diferenças salariais formulado por Edmilson, compete ao empregador o ônus da prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo da equiparação salarial.
- 104 Wesley não poderá ser ouvido como testemunha na reclamação trabalhista ajuizada por Edmilson vez que litiga o mesmo empregador, sendo, portanto, suspeito.
- 105 Edmilson gozava de estabilidade provisória de, no mínimo, 12 meses após a cessação do auxílio acidentário, sendo este direito garantido por lei, independentemente de percepção do auxílio-acidente.
- 106 As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.

conta	valores (em R\$)
capital social	1.000
provisão para obrigações supervenientes	150
prejuízo acumulado (até o exercício anterior)	300
prejuízo do exercício	40
reserva de reavaliação	220
tributos a recuperar	80
ações em tesouraria	90

Os saldos de algumas contas de uma empresa comercial, ao final do exercício, após a apuração do resultado, estão mostrados no quadro acima. Considerando esses dados, julgue os itens a seguir.

- 107 O patrimônio líquido, ao final do exercício, é de R\$ 790,00.
- 108 A provisão, na parcela não-utilizada no exercício subseqüente, será transferida diretamente para o resultado acumulado, e não será computada para efeito de distribuição do resultado aos acionistas.

conta	valores (em R\$)
vendas	500.000
abatimentos sobre compras	20.000
comissões sobre vendas	50.000
frete sobre compras	10.000
anulações de compras	20.000
estoque inicial de mercadorias	150.000
descontos financeiros sobre compras	15.000
contribuições incidentes sobre vendas	40.000
devoluções de vendas	30.000
compras	250.000
não havia estoque final	

Antes da apuração do resultado do exercício, os saldos de algumas contas de uma empresa que tem como objeto a compra e venda de mercadorias eram os especificados no quadro acima. Com base nesses dados, julgue o item seguinte.

109 O lucro bruto da empresa foi de R\$ 25.000,00.

Com referência à legislação do imposto de renda aplicável às empresas tributadas com base no lucro real, julgue o item abaixo.

110 As empresas registram em sua escrituração mercantil todos os fatos que afetam o lucro real, fazendo extracontabilmente os ajustes determinados pela legislação comercial.

vendas líquidas (em R\$)	50.000.000
ativo total – médio, no período (em R\$)	20.000.000
margem líquida	10%

Uma determinada empresa apresenta os saldos acima relativos a algumas contas ao final de um período de operações. Com base nesses dados, julgue os itens que se seguem.

111 A taxa de retorno sobre o investimento será calculada da seguinte maneira:

$$\frac{5.000.000}{50.000.000} \times \frac{50.000.000}{20.000.000} = 0,25.$$

112 Contribuem para a melhoria da taxa de retorno sobre o investimento, entre outros fatores, tanto a redução das despesas operacionais — desde que sem prejuízo das vendas — como a alienação de ativos considerados menos essenciais.

Considerando os diferentes critérios de valor passíveis de serem adotados, julgue o item subsequente.

113 Um balanço levantado puramente em valores correntes, mesmo sendo válido em um momento determinado, só seria comparável com outro levantado em data diferente, pelo mesmo critério, se não tivesse havido variações nos níveis de preços da economia.

Acerca do regimento interno do TRT da 10.^a Região, julgue os itens a seguir.

114 Como a Constituição da República determina que deve haver um tribunal regional do trabalho em cada estado e no DF, o TRT da 10.^a Região tem competência apenas sobre o território do DF.

115 O presidente do TRT da 10.^a Região será o membro mais antigo do tribunal que não tenha exercido ainda o cargo, exceto se a maioria absoluta do Tribunal Pleno rejeitar o seu nome, em votação secreta.

116 A Ouvidoria Judiciária é um órgão diretamente subordinado à Presidência e, por isso, o Ouvidor Judiciário é escolhido pelo presidente do tribunal, entre os membros do tribunal.

117 As decisões do tribunal serão tomadas pela maioria absoluta dos membros que compõem cada órgão julgador.

118 Compete ao Tribunal Pleno julgar os embargos de declaração opostos a seus acórdãos.

119 Os juízes do TRT da 10.^a Região têm férias anuais de 60 dias.

120 Os processos disciplinares contra juízes do TRT da 10.^a Região tramitam em segredo de justiça.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **cinco** pontos —, faça o que se pede, usando a página seguinte para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a folha de **TEXTO DEFINITIVO**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na folha de **texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Há uma frustração muito grande da sociedade brasileira com relação ao Poder Judiciário”, reconhece o presidente do TST. O ministro defende medidas urgentes para reverter essa situação. Ele acredita que há várias iniciativas, que vão dos pequenos procedimentos de trabalho às mudanças estruturais, que podem ser adotadas pelo próprio Judiciário para dar maior eficiência à Justiça, “O Poder Judiciário não pode ficar de braços cruzados à espera de iniciativas do Executivo e do Legislativo para aperfeiçoar a prestação de serviço à sociedade”, afirma.

Notícias do TST. Internet: <http://ext02.tst.gov.br/pls/no01/no_noticias>. Acesso em 11/10/2004.

O que o cidadão quer mesmo é sentir que, ao ajuizar uma reclamação trabalhista, ingressar com uma ação de indenização, de cobrança, de alimentos, investigatória, de mandado de segurança, ou outra qualquer, a decisão final não vai eternizar-se nos escaninhos dos cartórios e saber que os autores de crimes, principalmente esses que mais degradam a consciência humana, serão punidos. Enfim, o que se pretende é que tudo se dê de forma rápida e efetiva e possa o Judiciário cumprir sua missão de preservar a paz social.

Maurício Correa. Internet: <<http://www.stf.gov.br/noticias/imprensa>>.

O TST anuncia o lançamento de quatro programas que vêm sendo preparados com cuidado: o Peticionamento Eletrônico Nacional, o Cálculo Rápido, a Carta Precatória Eletrônica e o Cadastro Nacional de Débitos Trabalhistas, todos eles exequíveis a partir da integração da justiça do trabalho pelo sistema de informática. Mais do que novidades tecnológicas, esses programas são o ponto de partida para alcançar a meta da “celeridade e qualidade da prestação jurisdicional”. O trabalho conjunto realizado pelo TST e os tribunais regionais para a integração do sistema de informática da justiça do trabalho mostrou ser possível superar as dificuldades e dar um salto de qualidade.

Internet: <http://ext02.tst.gov.br/pls/no01/no_noticias.Exibe_Noticia?p_cod_noticia=4624&p_cod_area_noticia=ASCS>.

Considerando que as idéias apresentadas nos textos acima têm caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo/argumentativo, posicionando-se a respeito do seguinte tema:

O APERFEIÇOAMENTO DOS PROCEDIMENTOS É FATOR IMPRESCINDÍVEL PARA A DEMOCRATIZAÇÃO EFETIVA DA JUSTIÇA.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	